A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA DE MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN*

Fernando de Holanda Barbosa**

1. Introdução.

Mário Henrique Simonsen, numa metáfora sugerida pelos sistemas dinâmicos, foi um atrator para minha geração de economistas, pelo seu talento imbatível como professor, que dominava como poucos a arte de transmitir com clareza e perfeição o estado das artes em economia, seja através da linguagem matemática ou de textos escritos para divulgação popular.

Simonsen tornou-se um economista famoso pela sua produção acadêmica, pela sua participação na política econômica, pelo seu sucesso no mundo empresarial e pela sua contribuição sistemática na mídia. As suas opiniões e declarações públicas tornavam-se manchetes de jornais, o seu escritório no décimo andar da Fundação Getúlio Vargas era ponto obrigatório de quem queria entender a economia brasileira. Mas o palco onde este ator excepcional mostrava todo seu talento era a sala de aula da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, uma instituição que ele criou e que foi o ponto de partida do ensino de pós-graduação em economia no Brasil. Os seus cursos de microeconomia e macroeconomia transformaram-se em livros textos de sucesso, que disseminaram pelo Brasil afora o rigor formal dos modelos econômicos. É importante salientar que Simonsen nunca quis fazer da EPGE uma escola-seminário, onde os alunos seriam convertidos a uma nova religião, e depois saíssem pelo país convertendo os pecadores. A sua preocupação central como professor era a de equipar os alunos com

* Este artigo foi preparado para a Revista de Econometria.

** EPGE/FGV

instrumentos analíticos, que lhes permitissem formular de maneira rigorosa os problemas econômicos, para que as conclusões estivessem fundamentadas no rigor do método científico. Para Simonsen o pecado maior era a agressão à lógica e o uso inadequado da teoria econômica. Ele não usava a sala de aula para doutrinar os alunos nas suas opções políticas, coisa tão comum no mundo dos economistas. Embora respeitasse e conhecesse as diversas correntes, ou paradigmas, que existem na teoria econômica, a sua experiência como um economista não acadêmico que também era, levou-o a ser um intelectual pragmático, sem compromisso com nenhum radicalismo, mas certamente com uma posição bem definida no espectro da corrente dominante da teoria econômica moderna. A este tema eu volto ao final deste artigo.

Este trabalho não tem como objetivo analisar todas as contribuições desta personalidade tão rica, complexa e marcante que foi Mário Henrique Simonsen, mas sim apresentar uma breve resenha de suas principais contribuições acadêmicas. É inegável que toda resenha envolve juízos de valor, e certamente este texto não escapa desta regra. Todavia, acredito que três contribuições interrelacionadas seriam escolhidas pela maioria de meus colegas economistas. A primeira é o famoso gráfico do salário real, que deveria se chamar a curva de Simonsen, que inspirou a política salarial do Plano de Estabilização do Governo Castello Branco (PAEG), e que tem sido utilizada por todos os economistas que analisaram a inflação brasileira desde que ele a usou pela primeira vez em 1964. A Seção 2 é dedicada a esta curva.

A segunda contribuição é o modelo de realimentação para explicar a inflação, publicado no livro *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*, onde aparece pela primeira vez na literatura brasileira a inflação passada como um componente explicativo da inflação presente. Este componente foi denominado por ele de coeficiente de realimentação, e depois rebatizado por outros economistas brasileiros, sob inspiração de Tobin (1981), com o nome de inércia. Este tópico será tratado na Seção 3.

A terceira contribuição acadêmica de Simonsen, que será revista aqui, é o trabalho que ele desenvolveu sobre os fundamentos teóricos que justificam a política de rendas como um dos instrumentos de um plano de estabilização de combate à inflação. A questão central que ele procura explicar é como a inflação passada, ao invés da inflação futura, pode afetar a taxa de inflação presente, num modelo de expectativas racionais, em que os agentes econômicos não cometem erros sistemáticos de previsão. A Seção 4 cuida deste tema. A Seção 5 finaliza o trabalho com uma breve análise da interrelação entre as três contribuições.

2. Salário Real e Inflação: a Curva de Simonsen.

Em seu primeiro livro publicado sobre a inflação: *A Experiência Inflacionária Brasileira*, Simonsen (1964) num capítulo dedicado a analisar as raízes sócio-políticas do processo inflacionário, enfatiza que “à margem da alta crônica dos preços um fenômeno importante tende a desenvolver-se: o da oscilação das rendas reais dos diferentes indivíduos” [op. cit. p.17]. Logo adiante, ele prossegue: “O caso dos assalariados (globalmente o mais importante) é típico: como os salários nominais se reajustam descontinuamente e os preços sobem continuamente, os níveis de poder aquisitivo entram no movimento oscilatório: logo após um reajustamento, os salários reais atingem o seu pico; daí por diante, enquanto a remuneração nominal permanece fixa, o seu poder aquisitivo vai declinando progressivamente; quando há um novo reajustamento, o salário salta bruscamente para um novo pico, e assim por diante.” [op. cit. p.17]. A figura 1 mostra a curva de Simonsen, com o eixo das abcissas representando o tempo e o eixo das ordenadas o salário real; a cada pico da curva corresponde um reajuste nominal do salário, com o salário real atingindo o valor máximo; o salário real atinge o valor mínimo, o ponto do vale, no momento que antecede o reajuste nominal. O poder de compra médio do salário real é indicado pela média calculada no intervalo entre reajustes. A figura 1 mostra a evolução do salário real em vários períodos, com intervalos de reajustes iguais, mas esses

intervalos podiam ser diferentes, como aconteceu ao longo da nossa história recente.

Figura 1. A Curva de Simonsen

Alguns anos atrás eu perguntei ao Simonsen, para satisfazer minha curiosidade (uma característica de minha personalidade, que pode ser mal interpretada por quem não me conhece de perto), como ele tinha chegado à idéia de sua curva do salário real. Ele respondeu-me que tinha visto algo semelhante num relatório de uma comissão estrangeira que tinha feito uma análise da inflação chilena na década dos 50.¹ Certamente a falta de referência bibliográfica nos seus trabalhos iniciais é uma característica da geração de economistas brasileiros auto-didatas, como Furtado (1972) e Delfim Neto (1965), que seguem a tradição de ensaístas brasileiros segundo interpretação da professora Maria Celina de Araújo.² Na verdade, é bastante co-

¹ Este fato foi também relatado pelo Simonsen ao professor Rubens Penha Cysne, seu co-autor no livro de macroeconomia [Simonsen e Cysne (1989)].

² Veja, por exemplo, Freyre (1968), Jaguaribe (1974), Prado (1997), e Torres (1982).

nhcedo o fato de que algumas contribuições em economia, e possivelmente em outras áreas científicas, não levam o nome de quem foi o seu descobridor, como exemplificam os casos da curva de Phillips e da demanda efetiva de Keynes. Todavia, o reconhecimento da contribuição intelectual deve-se fundamentalmente à capacidade do autor em influenciar os seus pares na forma de pensarem sobre um assunto, como o fizeram Phillips e Keynes. Simonsen influenciou, direta ou indiretamente, todos os economistas brasileiros que se dedicaram ao estudo da relação entre salários e inflação, não somente àqueles que seguiam sua trilha mas também os que dela divergiam, pelo menos por duas razões.

Em primeiro lugar, pela capacidade do Simonsen em extrair conclusões de política econômica a partir de sua curva. Numa economia de mercado, segundo seu argumento no livro de 1964, a inflação produz um atitude psicológica nos trabalhadores de estabelecerem como padrão de referência para os reajustes salariais os picos prévios do salário real, o que corresponde ao reajuste do salário com base na inflação passada. Num programa de estabilização, que se pretenda diminuir a taxa de inflação, este tipo de atitude provocaria um aumento do salário real incompatível com o produto real da economia, que redundaria em aumento do desemprego e(ou) em pressão inflacionária de custos. A saída para tal dilema seria uma política de rendas, com o reajuste do salário nominal baseado na média do salário real e na inflação prevista, deixando-se de lado a inflação passada e a recomposição do pico. Este tipo de política de rendas foi implementada com sucesso no PAEG do governo Castello Branco, e gerou grande controvérsia entre os economistas. Alguns chegaram a afirmar que este tipo de política só poderia ser aplicado num regime totalitário, com a supressão das liberdades individuais e de organização sindical. O veredicto da história é outro. Depois da redemocratização do país, todos os planos de estabilização usaram mecanismos semelhantes, inclusive o Plano Real, que converteu todos os salários pela média.

O segundo motivo pelo qual a curva de Simonsen influenciou toda uma geração de economistas foi a capacidade desta idéia fomentar o trabalho de pesquisa de seus colegas de profissão, da área acadêmica, na busca de fundamentos teóricos que levassem a uma compreensão desta regularidade empírica no mercado de trabalho. A literatura americana ainda desconhecia os problemas advindos da não sincronização dos reajustes salariais, mas Simonsen já mencionava este problema no seu livro de 1964. Porque os trabalhadores tomariam como base o pico prévio e não a média nos reajustes dos salários nominais? Esta atitude refletiria ilusão monetária ou é o resultado de uma decisão racional, num mundo com informação imperfeita? O intervalo entre reajustes é uma variável endógena? E se este for o caso, quais as variáveis que o determinam? A indexação dos salários deve expurgar os choques de oferta na sua fórmula? Qual o grau de indexação ótima numa economia sujeita a choques nominais e a choques reais? Esta pequena amostra de questões envolvidas pela curva de Simonsen, mostra como ela implicava numa agenda de pesquisas para economistas interessados numa carreira acadêmica, com temas ligados à realidade de nossa economia, mas cuja relevância se estende além das fronteiras de nosso país.

3. Inflação e o Modelo de Realimentação.

Em seu livro *Inflação: Gradualismo × Tratamento de Choque*, publicado em 1970, Simonsen apresenta no capítulo 6 seu modelo de realimentação, que identifica três fatores como determinantes da taxa de inflação.³ Ele denominou as três componentes de: a) autônoma; b) realimentação; e c) regulação de demanda. Estas três componentes foram definidas, de acordo com suas próprias palavras, do seguinte modo: “A componente autônoma é, por definição, aquela

³ Quando a EPGE iniciou seu curso de doutorado em 1974, a Congregação da Escola, sem sua participação, decidiu outorgar o primeiro título de Doutor ao Simonsen, com base no livro *Inflação: Gradualismo × Tratamento de Choque*, como sua tese de doutorado. Esta exceção do regimento da Escola só foi usada até hoje neste caso.

que independe de inflação do período anterior, sendo determinada por fatores de ordem institucional (reajustes arbitrários de salários, da taxa de câmbio, de impostos indiretos) ou de natureza acidental (altas de preços provenientes de más safras, etc.). A componente de realimentação é definida como aquela que resulta da inflação do período anterior. Trata-se essencialmente de uma alta de preços provocada pela tentativa de reconstituição, pelos agentes econômicos, de uma participação no produto nacional dissolvida pela inflação passada. Tal componente corresponde às altas de preços resultantes de reajustes salariais proporcionais ao aumento do custo de vida, às destinadas a reconstituir as margens de lucro das empresas e, de um modo geral, a todas as revisões de preços tornadas automáticas pela legislação sobre correção monetária. Partindo dessas duas componentes, a alta de preços sofre um efeito regulador de intensidade da demanda. Se esta cresce em ritmo exagerado em relação à capacidade produtiva, é provável que a taxa de inflação seja impedida além daquilo que seria justificado pela superposição das componentes autônomas e de realimentação. Reciprocamente, uma queda ou talvez um crescimento pequeno da procura amenizará a taxa de inflação.” [Simonsen (1970), p.127–128]. No jargão que se tornou popular na década dos 80 o modelo de realimentação do Simonsen supõe que a inflação depende dos choques de oferta, a componente autônoma, da inércia, a componente de realimentação, e dos choques de demanda, a componente de regulação de demanda. Em símbolos:

$$\pi_t = \alpha\pi_{t-1} + \beta \left(\frac{y_t}{y_{t-1}} - 1 - \eta \right) + \alpha_t$$

onde π é a taxa de inflação, y é o nível de demanda, α é o choque de oferta, e α , β e η são parâmetros; α é o coeficiente de realimentação (ou de inércia), β mede o impacto da componente de demanda na taxa inflação, e η é a taxa de crescimento do produto potencial da economia.

Um modelo similar a este foi desenvolvido nos Estados Unidos por Gordon [(1982), (1997)] no final da década dos 70 e início da

década dos 80, que ele batizou de modelo do triângulo, e que Gordon afirma ser um modelo tipicamente keynesiano. Na verdade em qualquer sistema dinâmico, cada variável endógena do modelo pode ser escrita como função de sua própria história passada, e de defasagens distribuídas das variáveis exógenas do modelo [ver a este respeito Barbosa (1983), p.153-160].

No caso do modelo de realimentação, Simonsen não deduziu sua equação a partir de um arcabouço teórico que identificasse sua origem, dando margem a diferentes interpretações. Lopes (1979), por exemplo, interpretou-o como sendo um modelo neo-estruturalista; Barbosa (1979) mostrou que o modelo de realimentação era um caso particular do modelo de Friedman (1971), e que seria desprovido de sentido chamar Friedman de neo-estruturalista. O argumento de Lopes baseava-se no fato de que o modelo de realimentação admite uma relação de trocas entre inflação e crescimento do produto real, quando o coeficiente de realimentação é menor do que um. Barbosa mostrou que o modelo de realimentação é compatível com qualquer nível de capacidade ociosa da economia, porque a variável de demanda é medida pela diferença entre a taxa de crescimento do produto real e a taxa de crescimento do produto potencial; se o coeficiente de realimentação for igual a um, o produto real estará crescendo a uma taxa igual à do produto potencial, mas o nível de capacidade ociosa é indeterminado.

O modelo de realimentação mostra claramente que a inércia é o mecanismo de propagação da inflação, mas não é sua causa. Os choques de oferta são, pela sua própria natureza, acidentais e não sistemáticos. A origem do processo está na componente de demanda. Todavia, não se pode ignorar a inércia num programa de estabilização, sob pena de aumentar-se desnecessariamente os custos sociais de um programa de estabilização. A experiência do período inicial do PAEG antes da lei salarial, que obrigou o reajuste dos salários pela média, convenceu o Simonsen da necessidade da política de rendas. Os críticos da época não entenderam os fundamentos que justificavam a política implementada. Algumas análises posteriores

do PAEG atribuíram de maneira equivocada o sucesso daquele plano de estabilização à política salarial [ver, por exemplo, Lara Resende (1982)]. O fracasso do Plano Cruzado, e dos outros planos heterodoxos à la brasileira que se seguiram, foi devido ao erro na concepção dos planos, e não em virtude de problemas de execução [ver, a este respeito, Barbosa e Simonsen (1989)]. Estes planos heterodoxos atribuíram ao mecanismo de propagação, a inércia inflacionária, a origem do processo inflacionário. Não resta dúvida que Simonsen influenciou intelectualmente a heterodoxia brasileira, pois o PAEG não foi um plano ortodoxo, e ele sempre recomendou o uso de política de rendas em programas de estabilização. Mas certamente ele não pode ser responsabilizado pelo fato de que a heterodoxia da década dos 80 jogou fora a componente de demanda de seu modelo de realimentação. Os novo-heterodoxos terminaram aprendendo a duras penas o que ele já aprendera na época do PAEG, e na verdade, do ponto de vista intelectual, a heterodoxia do Plano Real é a versão moderna, num ambiente macroeconômico completamente diferente, das idéias do Simonsen da época da estabilização Campos-Bulhões.

4. Inércia e Política de Rendas: Os Fundamentos Teóricos.

A revolução das expectativas racionais mudou completamente a macroeconomia nos últimos vinte e cinco anos. Construir modelos macroeconômicos sem microfundamentos tornou-se um pecado capital. Como, neste novo ambiente intelectual, justificar a inflação passada como uma variável explicativa da inflação atual?

Num mundo em que os agentes econômicos tomam decisões no presente com base em suas previsões do futuro, usando a informação atualmente disponível, o passado é irrelevante, a menos que se admita a existência de contratos ou de previsões, que contenham erros sistemáticos, ou que as políticas sigam um processo do tipo autorregressivo. Simonsen no artigo que ele próprio considerava sua melhor obra acadêmica, "Price Stabilization, Income Policies and Monetary Reforms", publicado como o principal artigo do número 2 de

1986, da Revista de Econometria, quando eu era seu editor, constrói um argumento, baseado em microfundamentos, para mostrar que numa situação de informação imperfeita a decisão ótima do agente econômico leva em conta o passado.⁴

O sistema de preços desempenha duas funções básicas numa economia de mercado. Em primeiro lugar, o mercado através do sistema de preços é a mão invisível responsável pela alocação de recursos. Em segundo lugar, o sistema de preços tem o papel fundamental de transmitir informação para os agentes econômicos tomarem suas decisões. Num modelo de equilíbrio geral à la Arrow-Debreu, os agentes econômicos tomam os preços como dados, o leiloeiro walrasiano chega ao sistema de preços que equilibra os diversos mercados, e transmite esta informação para toda a economia.

O arcabouço teórico usado por Simonsen abandona a ficção do leiloeiro walrasiano, supondo que os agentes têm poder de mercado e que, portanto, fixam seus preços. Todavia, a informação é imperfeita porque cada agente ao fixar seu preço tem que supor como os demais vão se comportar. Esta questão é analisada com as ferramentas da teoria dos jogos, em que o agente tem que escolher uma estratégia para tomar suas decisões diante de incerteza, pois sua ação depende das decisões dos demais parceiros neste jogo. Simonsen menciona algumas opções para a solução do jogo, que levariam às mesmas conclusões do ponto de vista qualitativo. Mas, ele prefere resolver o problema supondo que os jogadores adotam uma estratégia prudente e conservadora do tipo maxmin, em que cada agente maximiza o retorno no pior cenário possível. Nesta economia estilizada, com um número infinito de consumidores e de bens, cada agente fixa o preço de seu bem de sorte a maximizar o seu bem estar. O preço de cada bem (P_x) depende da renda nominal (R) da economia e do índice de

⁴ Este artigo, com um título ligeiramente diferente, foi publicado também num livro organizado por Kenneth J. Arrow [Simonsen (1988)]. Simonsen desejava ampliar o número de leitores de seu artigo, pois estava interessado em difundir suas idéias.

preços (P), de acordo com:

$$\log P_x = k + \frac{1}{m+1} \log R + \frac{m}{m+1} \log P$$

onde k e m são parâmetros. Esta equação é, na verdade, similar a uma curva de Phillips, pois a renda nominal é igual ao produto da renda real pelo índice de preços, e ela se parece com a curva de Phillips à la Lucas, onde existe o problema da extração do sinal.⁵ No modelo do Simonsen, diferente da questão envolvida na extração do preço relativo a partir da informação do preço nominal, o agente determina o preço do seu produto mas ele se defronta com o problema de prever o comportamento dos demais agentes, para estabelecer sua posição relativa, num jogo não cooperativo.

Em equilíbrio com expectativas racionais, no sentido de previsão perfeita ($P_x = P$), o preço do bem é proporcional à renda nominal da economia; para aqueles que preferem olhar para o sistema de preços numa visão distributiva, o agente fixa o preço do seu bem de tal modo a manter sua participação na renda constante. Esta solução do jogo, que corresponde a um equilíbrio de Nash, ocorreria se a informação fosse perfeita. No curto prazo, cada jogador tentará, por um processo de tentativas e erros, chegar ao equilíbrio de Nash.

Imagine-se agora uma situação em que a renda nominal estava aumentando a uma taxa constante, e que o governo anuncia que a partir do próximo período a renda nominal será estabilizada num valor constante igual a R_0 , de acordo com a figura 2.

Se cada agente acreditar que os demais agentes fixarão seus preços com base na nova renda nominal, o nível de preços da economia deixará de crescer tão logo a renda seja estabilizada. Todavia, se cada agente está incerto de qual será o comportamento dos demais, ele precisa adotar uma estratégia que leve em conta este ambiente. A estratégia maxmin, usada por Simonsen, admite que cada agente

⁵ Veja, por exemplo, Lucas (1973).

toma sua decisão maximizando o bem estar no pior cenário possível, que ocorreria se cada um continuasse remarcando seus preços com base na taxa de crescimento da renda nominal que prevalecia antes do anúncio da nova política. Nestas circunstâncias, a inflação passada ainda contribui para a inflação presente, apesar de não haver erro sistemático de previsão.⁶ A questão crucial é que existe uma falha de coordenação no funcionamento do sistema de preços, em virtude da incerteza do comportamento de cada agente. Esta falha de mercado poderia ser corrigida através de uma política de rendas, com a mão visível do governo guiando a mão invisível do mercado, isto é, o governo tentaria convencer cada agente que os demais estão se comportando de acordo com a nova política macroeconômica.

Figura 2. Estabilização da Renda Nominal

⁶ Simonsen sugere, por exemplo, a seguinte dinâmica para a taxa de inflação:

$$p_t - p_{t-1} = \frac{m}{m+1} (p_{t-1} - p_{t-2}) + \frac{1}{m+1} (p_0 - p_{t-1})$$

onde p é o logaritmo do nível de preços, e p_0 é o nível de preços de equilíbrio. Isto é, a inflação atual depende da inflação passada e de um mecanismo de correção de erro.

5. Conclusão.

A teoria econômica dominante no mundo acadêmico está dividida em duas correntes: a keynesiana e a clássica. As características básicas que diferenciam uma corrente da outra são três, como sintetizou Mankiw (1992). Um economista keynesiano admite: a) existência de desemprego involuntário na economia capitalista moderna; b) rigidez nos salários e(ou) no sistema de preços, e c) não neutralidade da moeda. Os economistas que seguem a tradição clássica acreditam que o desemprego involuntário é uma categoria teórica criada por Keynes, mas que não contribui em nada para analisar as flutuações do emprego observadas no ciclo econômico; os mercados estão sempre em equilíbrio, não havendo, portanto, necessidade de apelar-se para a hipótese de rigidez do sistema de preços para entender o funcionamento de uma economia de mercado; e na versão mais radical do modelo de ciclos reais a moeda não contribui em nada para entender os ciclos econômicos, sendo meramente passiva.

A conclusão que se chega pela análise das principais contribuições acadêmicas de Simonsen é de que ele era um economista keynesiano. Em matéria de política econômica, qualquer análise de seu período como Ministro da Fazenda, no Governo Geisel, e como Ministro do Planejamento, no Governo Figueiredo, certamente mostrará que ele era um adepto da política de sintonia fina, e que ele preferia discricionarismo a regras, que também são duas características importantes de um economista keynesiano.

As três contribuições acadêmicas de Simonsen, apresentadas aqui, demonstram não somente a sua coerência intelectual, mas também a preocupação de compreender a realidade e fatos objetivos da economia, diferente da maioria dos economistas com formação matemática, que em geral procuram na economia fonte de inspiração para a formulação de teoremas irrelevantes para o mundo real. Ademais, na tradição dos grandes economistas, ele estava sobretudo interessado nas implicações de política econômica que podiam ser derivadas da teoria econômica. Acredito que uma citação longa

da conclusão do seu trabalho de 1986, da Revista de Econometria, é suficiente para resumir o conteúdo prático de suas principais contribuições acadêmicas: "In a word, policy-makers and professional economists should agree on some basic principles of an anti-inflationary code: a) price stabilization cannot be sustained without aggregate demand management; b) fiscal austerity is the key issue as far as aggregate demand is concerned, except in a few countries with excess savings; c) inflationary inertia is a true problem, since common knowledge can never be so easily spread as assumed in the rational expectations macroeconomic literature; d) income policies, therefore, are an essential instrument to fight big inflations; e) there is no sense in discussing whether inflation should be tackled by the supply side or by the demand side, a concerted approach being necessary, at least when the problem is to stop a big inflation; f) stopping a big inflation involves the design of an equilateral triangle, the vertices of which are fiscal equilibrium, income policies and monetary reform; g) income policies can hardly be imposed without price controls, the political counterpart of a wage freeze being a general price freeze; h) price freezes may be the poison-pill of a stabilization package; i) wages, prices and exchange rates should never be frozen out of relative price equilibrium; j) the effectiveness of income policies can only be tested after they are abolished." [Simonsen (1986), p.38].

Referências

- Barbosa, F.H. 1979. "Curva de Phillips e o modelo de realimentação: Será Friedman um neo estruturalista?" Texto para Discussão Interna nº 5, Rio de Janeiro: INPES/IPEA.
- Barbosa, F.H. 1983. "A inflação brasileira no pós-guerra: Monetarismo versus estruturalismo." Rio de Janeiro: INPES/IPEA.
- Barbosa, F.H. 1987. "Ensaio sobre inflação e indexação." Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Barbosa F.H. & M.H. Simonsen 1989. "Plano cruzado: Inércia x Inépcia." Rio de Janeiro: Editora Globo.

- Delfim Netto, A.; A.C. Pastore; P. Cipolare & E.P. Carvalho 1965. "Alguns aspectos da inflação brasileira." São Paulo: ANPES.
- Freyre, G. 1968. "Como e porque sou e não sou sociólogo." Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Friedman, M. 1971. "A theoretical framework for monetary analysis." Nova York: National Bureau of Economic Research.
- Furtado, C. 1972. "Formação econômica do Brasil." 11ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Gordon, R.J. 1982. "Price inertia and policy ineffectiveness in the United States, 1890-1980." *Journal of Political Economy* 90: 1087-1117.
- Gordon R.J. 1997. "The time-varying NAIRU and its implications for economic policy." *Journal of Economic Perspectives* 11: 11-32.
- Jaguaribe, H. 1974. "Brasil: Crise e alternativas." Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lara Resende, A. 1982. "A política brasileira de estabilização: 1963/68." *Pesquisa e Planejamento Econômico* 12: 757-805.
- Lopes, F.L. 1979. "Teoria e política de inflação brasileira: Uma revisão crítica de literatura."
- Lucas, R.E. 1981. "Understanding business cycles." In: R.E. Lucas, *Studies in Business-Cycle Theory*. Boston, Ma.: The MIT Press.
- Lucas, R.E. 1973. "Some international evidence on output-inflation tradeoffs." *American Economic Review* 63: 326-334.
- Mankiw, N.G. 1992. "The reincarnation of Keynesian economics." *European Economic Review* 36: 559-565.
- Prado, P. 1997. "Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira." 8ª edição, Org.: C.A. Calil, São Paulo: Companhia das Letras.
- Simonsen, M.H. 1964. "A experiência inflacionária no Brasil." Rio de Janeiro: IP S.

- Simonsen, M.H. 1967. "Teoria microeconômica," Vol. I, *Teoria do Consumidor*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas.
- Simonsen, M.H. 1968. "Teoria microeconômica," Vol. II, *Teoria da Produção*. Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Simonsen, M.H. 1969. "Teoria microeconômica," Vol. III, *Teoria da Concorrência Perfeita*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Simonsen, M.H. 1969. "Teoria microeconômica," Vol. IV, *Teoria da Concorrência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Simonsen, M.H. 1970. "Inflação: Gradualismo x tratamento de choque." Rio de Janeiro: APEC Editora.
- Simonsen, M.H. 1974. "Macroeconomia," Vol. I e II. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- Simonsen, M.H. 1983. "Dinâmica macroeconômica." São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Simonsen, M.H. 1985. "Contratos salariais justapostos e política anti-inflacionária." *Revista de Econometria* 5: 5-32.
- Simonsen, M.H. 1986. "Price stabilization, income policies and monetary reforms." *Revista de Econometria* 6: 7-46.
- Simonsen, M.H. 1988. "Rational expectations, game theory and inflationary inertia." In: K. Arrow (org.). *The Economy as an Evolving Complex System*, 205-241.
- Simonsen, M.H. & R.P. Cysne. 1989. "Macroeconomia." Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico.
- Simonsen, M.H. 1995. "30 Anos de indexação." Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Tobin, J. 1981. "Diagnosing inflation: a taxonomy." In: Flandes, M. J. e Razin, A. (orgs.). *Development in an Inflationary World*. Nova York: Academic Press.
- Torres, A. 1982. "A organização nacional." São Paulo: Companhia Editora Nacional.